



## **A Educação Profissional no Brasil: aproximações e distanciamentos com os modelos Argentino e Finlandês**

Professional Education in Brazil: approaches to and differences from the Argentinean and Finnish models

Caroline da Silva Torres

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). E-mail: [carolpsicoinfo@yahoo.com.br](mailto:carolpsicoinfo@yahoo.com.br)

João Paulo Lira Martins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). E-mail: [joopaulolira@ifpi.edu.br](mailto:joopaulolira@ifpi.edu.br)

Francisco Kelsen de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). E-mail: [francisco.oliveira@ifsertaope.edu.br](mailto:francisco.oliveira@ifsertaope.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7382-3206>

Artigo submetido em 09/07/2020, aceito em 16/08/2022 e publicado em 31/03/2023

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar o modelo de Educação Profissional Brasileiro, comparando-o com os adotados em países como a Argentina e a Finlândia. Para isso, efetuou-se uma pesquisa de educação comparada baseando-se nos conceitos propostos por Verhine (2017) e uma análise bibliográfica utilizando autores como Cunha (2000), Melo (2010), Britto (2013), Carmo, Filho e Miyachi (2014), Weinberg (2017), Cotrim-Guimarães e King (2017), Bastos (2017), Moraes (2017) e Silva (2018). Nesse sentido, buscou-se apresentar as políticas, a organização e a estrutura da Educação Profissional da Argentina e da Finlândia, a fim de verificar aproximações e distanciamentos em relação ao modelo brasileiro. A pesquisa revelou que a Educação Profissional implantada na Argentina apresenta semelhanças significativas em relação ao modelo brasileiro no que se refere à dualidade educacional, a sua estruturação fora do sistema regular de ensino, ao currículo baseado em competências e à formação voltada para o mercado de trabalho e inclusão social. No que concerne às diferenças, verificou-se a questão do termo de referência da Educação Profissional, do órgão responsável por esta e dos tipos de instituições que oferecem tal modalidade de ensino. Com relação ao modelo adotado na Finlândia, as similitudes foram observadas na relação da Educação Profissional com o setor produtivo, já que os estudantes cumprem estágios para articular a formação acadêmica ao processo produtivo e mundo do trabalho, como também na certificação das competências desenvolvidas para os trabalhadores que não concluíram o ensino médio. As divergências encontradas referem-se a sua não estruturação na dualidade educacional, a um currículo que garante que todos os alunos tenham uma educação básica, para só assim realizar a formação profissional, sendo este flexível, ou seja, o aluno possui autonomia para decidir o que cursar. Desta forma, pode-se concluir que os aspectos analisados trazem questões importantes para ampliar o debate sobre a Educação Profissional no Brasil, em observância às experiências internacionais, extraindo delas elementos para pensar o atual modelo implementado no país e refletir sobre as possibilidades de aprimoramento das políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Educação Comparada; Brasil; Finlândia; Argentina.

## Abstract

This article aims to analyze the Brazilian Professional Education model, comparing it with those adopted in countries like Argentina and Finland. For this, a comparative education research was carried out based on the concepts proposed by Verhine (2017) and bibliographic analysis using authors such as: Cunha (2000), Melo (2010), Britto (2013), Carmo, Filho and Miyachi (2014), Weinberg (2017), Cotrim-Guimarães and King (2017), Bastos (2017), Moraes (2017) and Silva (2018). In this sense, we sought to present the policies, organization and structure of Professional Education in Argentina and Finland, in order to verify approximations and distances in relation to the national model. The research revealed that the Professional Education implanted in Argentina has a great similarity with the Brazilian model, with regard to the educational duality, its structuring outside the regular education system, the competency-based curriculum and the training aimed at the labor market and social inclusion. Regarding the differences, there was the question of the term to refer to Professional Education, the body responsible for it and the types of institutions that offer this type of teaching. With regard to the model adopted in Finland, similarities were observed in the relationship between Professional Education and the productive sector, since students complete internships to articulate academic training to the production process and the world of work, as well as in the certification of the skills developed, for the workers who have not completed high school. The divergences found refer to its lack of structure around educational duality, a curriculum that guarantees that all students have a basic education, so that only professional training can be carried out, this being flexible, that is, the student has autonomy to decide what to study. It is concluded that the analyzed aspects can contribute to broaden the debate on Professional Education in Brazil, in compliance with international experiences, extracting from these elements to think about the current model implemented in the country and reflect on the possibilities of improving educational policies.

**Keywords:** Professional Education; Comparative Education; Brazil; Finland; Argentina.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional<sup>1</sup> no Brasil tem uma história marcada pela dualidade educacional. Autores como Kuenzer (2000), Moura (2007), Saviani (2007), Ciavatta e Ramos (2011), ao analisarem esse modelo, destacam que sua estruturação fundamentou-se na diferença de trajetórias educacionais oferecidas aos filhos das elites e que proporcionavam uma educação propedêutica, favorecendo o ingresso em cursos de nível superior, e de trajetórias ofertadas aos filhos da classe trabalhadora, cuja educação voltava-se à formação para o trabalho e ao ingresso em cursos de nível técnico-profissionais.

Essa dualidade refletia-se na diferença de qualidade educacional dispensada à elite e à classe trabalhadora, evidenciando que no Brasil a Educação Profissional, por muitos anos, esteve associada a representações que a ligavam a uma educação de pouca qualidade e culturalmente associada à pobreza (CUNHA, 2005).

Compreender essa perspectiva histórica da Educação Profissional no país ajuda a entender, tendo como parâmetro a realidade internacional, os motivos pelos quais o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta dessa modalidade de ensino, pois:

---

<sup>1</sup> Neste artigo, adotamos o termo “Educação Profissional” para designar essa modalidade educacional adotada tanto no Brasil quanto em outros países apenas a título de padronização da escrita, para facilitar o entendimento do leitor, sem, contudo, desconsiderar as diferentes nomenclaturas apresentadas pelos países estudados, a saber, Argentina e Finlândia.

Enquanto nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>2</sup> (OCDE) têm-se, em média, 43% dos estudantes entre 15 e 19 anos matriculados em cursos técnicos, no Brasil esse índice é de apenas 8%. A realidade torna-se ainda mais precária nas faixas etárias superiores, contrariando as tendências internacionais, que apostam na intensificação da oferta de educação profissional para pessoas que se encontram fora da idade escolar [...] (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7).

Esses dados já trazem uma ideia de como outros países desenvolvem suas políticas de Educação Profissional, em comparação com a realidade nacional. No intuito de aprofundar essa questão, o referido artigo buscou investigar em quais aspectos a Educação Profissional brasileira se aproxima e se distancia dos modelos adotados por países como a Argentina e a Finlândia.

Com o propósito de responder a essa questão, desenvolveu-se uma pesquisa de educação comparada a fim de identificar as políticas, a estruturação e a organização da Educação Profissional em um país latino-americano, a Argentina, e um país europeu, a Finlândia, comparando-os com o Brasil.

De acordo com Sadler (1964 *apud* FERREIRA, 2008), a justificativa para investigar o funcionamento dos sistemas educativos estrangeiros está na possibilidade de se adquirir, como resultado prático, uma melhor preparação para estudar e compreender o nosso próprio sistema educacional.

Logo, depreende-se, tal como defende Groux (1997 *apud* FERREIRA, 2008), que identificar os aspectos comuns e as diferenças relativas ao modelo de Educação Profissional de outros países pode fornecer informações mais interessantes que as resultantes de uma análise dessa mesma situação tendo como parâmetro apenas a perspectiva local. Uma análise comparativa fornece, desse modo, elementos que podem contribuir para o melhor entendimento do contexto educacional brasileiro.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa utilizou a metodologia da educação comparada, além de dados de pesquisas internacionais. Verhine (2017) explica a importância de estudos de Educação

---

<sup>2</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constitui foro composto por 35 países (Canadá, França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Suécia dentre outros.) dedicado à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais, permitindo a troca de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental. O Ministério da Educação brasileiro mantém parceria com a OCDE para a promoção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação (PORTAL DO MEC, 2020).

Comparada, em função da sua relevância para os que se envolvem na pesquisa, na política e na prática educacionais.

Na maioria dos casos, os estudos comparados têm assumido uma dimensão internacional, mas eles podem ser nacionais, regionais ou supranacionais (HALLS, 1990 *apud* FERREIRA, 2008). Entretanto, o que é relevante é que o estudo das problemáticas ou das realidades se faça levando em conta contextos diferentes para que seja possível estabelecer aproximações e distanciamentos, na tentativa de compreender as razões que determinam as problemáticas encontradas.

Verhine (2017) evidencia três dimensões estruturantes desses tipos de estudo, sendo: o primeiro de natureza científica, com o objetivo de construir teorias; o segundo, com foco em identificar experiências educacionais desenvolvidas em outros países para a melhoria das políticas do país de origem; e a terceira, com o objetivo de compreender outras culturas a fim de promover um intercâmbio entre nações.

Destarte, esta pesquisa usa a segunda dimensão e compara as políticas que embasam a Educação Profissional, bem como a maneira como essa modalidade de ensino se organiza e se estrutura no Brasil, com os sistemas educacionais finlandês e argentino. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico, com autores que pesquisam a área de Educação Profissional de âmbito internacional, como Cunha (2000), Melo (2010), Britto (2013), Carmo, Filho e Miyachi (2014), Weinberg (2017), Cotrim-Guimarães e King (2017), Moraes (2017), Bastos (2017) e Silva (2018).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor compreensão das aproximações e distanciamentos descritos, foi elaborada uma tabela comparativa a fim de analisar alguns aspectos referentes ao modelo de Educação Profissional adotado pelos países-alvo desta pesquisa.

As análises empreendidas nesta pesquisa permitiram verificar muitas aproximações entre os modelos de Educação Profissional do Brasil e da Argentina. É interessante ressaltar que uma das principais aproximações entre eles reside em sua origem, marcada pela dualidade educacional, como constata Melo (2010) ao afirmar que:

[...] a segmentação e a diferenciação do ensino, o que se observa, sobretudo, a partir do ensino médio/secundário. A dupla oferta do ensino médio/secundário e profissional reflete um problema de difícil solução nos marcos do capitalismo, marcado por relações de poder de uma sociedade dividida em classes sociais, na qual se atribui a cada uma delas distintas funções intelectuais e dirigentes ou instrumentais, com vistas a reproduzir e atender a divisão social e técnica do trabalho (MELO, 2010, p. 11).

Quadro 1 – Comparativo da Educação Profissional (EP) no Brasil, Argentina e Finlândia

ELEMENTOS PARA ANÁLISE	BRASIL	ARGENTINA	FINLÂNDIA
Como a educação profissional é chamada?	Educação Profissional e Tecnológica	Educação Técnico-Profissional	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Órgão Responsável	MEC/ SETEC	MTEPS/INET	Conselho Nacional de Educação da Finlândia
Organização da Educação Profissional	- Formação inicial e continuada de trabalhadores - Nível médio (integrada concomitante e subsequente) - Tecnológica de graduação e pós-graduação	- Técnicos médios (Polimodal/ TTP), -Técnicos superiores -Formação profissional	- Módulos de curta duração (em torno de 5 períodos por ano) - Instituições superiores politécnicas
Leis que embasam a EP	93.94/96 5.154/04 11.896/08	26.206/06 26.058/05	Lei da educação básica
Objetivo da Educação Profissional	Formação profissional para o mundo do trabalho e inclusão social	Formação profissional para o mundo do trabalho e inclusão social	Formação profissional para o mundo do trabalho e inclusão social
Currículo	Pedagogia das competências e vínculo com o mercado de trabalho	Baseado em competências com vínculo na empregabilidade	União de 3 conceitos basilares: o saber (conhecimento teórico); o fazer (conhecimento práticos e sua aplicabilidade); o ser (coloca o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem e promove a união entre teoria e prática)
Constituição da Educação Profissional	Fora do sistema regular de ensino (modalidade de ensino)	Fora do sistema regular de ensino (modalidade de ensino)	Fora do sistema regular de ensino (modalidade de ensino)
Organização da Educação Profissional	1) Sistema Federal de Ensino (Institutos Federais, CEFETs Colégio Pedro II, Universidade Tecnológica do Paraná Escolas Vinculas à Universidades) e Serviços Nacional de Aprendizagem 2) Sistemas Estadual, Distrital e Municipal de Ensino Rede Estadual de ensino	1) Centros de Educação profissional  2) Escolas Técnicas/médio  3) Instituições de nível superior	Centros de Educação profissional Instituições superiores politécnicas

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Observa-se que essa dualidade educacional se encontra na base da estruturação da Educação Profissional tanto no Brasil quanto na Argentina. No Brasil, essa questão foi apontada por autores como Kuenzer (2000), Moura (2007), Ciavatta e Ramos (2011) e Saviani (2007). Este último autor deixou claro em suas análises sobre a Educação Profissional

a existência de uma “a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para os futuros dirigentes” (SAVIANI, 2007, p. 157).

Outro aspecto a ser destacado é a influência dos organismos internacionais na definição das políticas que embasam a Educação Profissional nos dois países, como também na maioria dos países latino-americanos (OLIVEIRA, 2001). Essas orientações primam pelo desenvolvimento de reformas educacionais sob a lógica capitalista e, conseqüentemente, produtivista, com vista a atender às demandas do mercado.

Além destas, outra similitude revelou-se nos objetivos da Educação Profissional. Segundo Gallart (2006), na Argentina, essa modalidade nasceu com o duplo propósito de levar os alunos a uma educação que lhes permitisse inserir-se no mundo do trabalho, como trabalhadores mais qualificados, e também prepará-los para estudos de nível superior, normalmente dirigidos para profissões com forte conteúdo técnico. Somando-se a este objetivo, Weinberg (2017) destaca outro propósito da Educação Profissional: a inclusão social.

Esses objetivos também se confirmam no Brasil, como assevera Schwartzman (2016) ao afirmar que a Educação Profissional é buscada por muitos jovens:

[...] como uma opção de igual ou maior valor, tanto pelas oportunidades mais imediatas de trabalho que proporciona como pela experiência prática e possibilidade de continuar estudando e desenvolvendo-se ao longo da vida, adaptando-se às inevitáveis mudanças que continuarão ocorrendo no mercado de trabalho (SCHWARTZMAN, 2016, p. 17-18).

Além dos objetivos acima descritos, outra grande contribuição refere-se à inserção cidadã e inclusão social presente em documentos sobre as concepções e diretrizes do novo modelo de Educação Profissional (BRASIL, 2010), corroborando a proposta argentina.

Outra convergência entre os países refere-se, como aponta Melo (2010), à constituição da Educação Profissional como modalidade de ensino localizada fora do sistema regular, cuja oferta não é obrigatória, conforme a LDB 9.394/96, no caso do Brasil, e a Lei de Educação Nacional n° 26.206/06, no caso da Argentina. Ademais, em ambos os países, a promulgação das diretrizes curriculares centraliza-se na esfera federal.

Em relação à organização da Educação Profissional, estas contemplam três níveis tanto no Brasil quanto na Argentina, embora com denominações diferentes. Na Argentina, esta modalidade é responsável pela oferta de cursos técnicos médios, técnicos superiores e de formação profissional (MELO, 2010). No Brasil, segundo o decreto n° 5.154/04, a Educação Profissional poderá ser desenvolvida por meio de programas de formação inicial e continuada

dos trabalhadores, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2004).

A lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais e a Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, e a lei de nº 26.058/2005, que reestrutura a Educação Profissional na Argentina, foram um marco para a Educação Profissional nestes países. Silva (2018) destaca que elas surgiram para dar impulso e levar esta modalidade educacional a alcançar maiores níveis de equidade, qualidade, pertinência, relevância e efetividade mediante o fortalecimento e melhoria contínua das instituições de Educação Profissional.

O autor supracitado ainda sinaliza para outra aproximação entre Argentina e Brasil, a organização curricular baseada em competências, com forte vínculo na questão da empregabilidade. Na América Latina, conforme Deluiz (2001), o modelo das competências surgiu no bojo das reformas educacionais, que, por sua vez, eram parte do conjunto de reformas estruturais do Estado. Tais reformas eram decorrentes do ajuste macroeconômico, aos quais os países latino-americanos se submeteram ao longo dos anos 90 para superar a inflação e a estagnação e retomar o crescimento econômico interrompido na década perdida de 80.

O modelo de competências busca desenvolver, no estudante, valores “inovadores” voltados para uma suposta qualificação profissional, baseado na ideia de que o processo educativo precisa se adaptar para atender às necessidades capitalistas do mundo produtivo (SANTOS, 2012).

No âmbito das diferenças encontra-se o nome dado à modalidade. No Brasil, ela é denominada de Educação Profissional, sendo que no governo Lula foi acrescido o termo *Tecnológica* como expressão da ampliação do seu escopo. Na Argentina, ela é denominada de Educação Técnico-profissional (MELO, 2010).

Com relação ao órgão responsável pela modalidade, na Argentina é o Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social (WEINBERG, 2017), enquanto, no Brasil, o Ministério da Educação é quem tem responsabilidade sobre ela.

Outro aspecto observado concerne à organização da Educação Profissional. Na Argentina, ela inclui escolas técnicas de nível secundário, instituições de nível superior, nas quais se formam os técnicos superiores, e as instituições de formação profissional, em que se oferece a formação continuada para o mundo do trabalho, contemplando 3.080 instituições até o ano de 2015 (SILVA, 2018).

No Brasil, a Educação Profissional, no âmbito federal, contempla os Institutos Federais, CEFETs, Colégios Pedro II, Universidade Tecnológica do Paraná e Escolas

Técnicas vinculadas às Universidades Federais, além dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. No âmbito das redes estadual, municipal e distrital de ensino, são contemplados os centros de formação profissional, as escolas técnicas privadas e as instituições de ensino superior públicas estaduais que ofertam cursos técnicos (BRASIL, 2016).

Diante do exposto, é possível destacar que a política, a estrutura e a organização da Educação Profissional do Brasil apresentam ampla semelhança com o modelo argentino, fundamentado na dualidade educacional, em políticas educacionais orientadas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial e em objetivos educacionais voltados para as demandas do mundo produtivo.

Analisando o modelo de Educação Profissional finlandês, identifica-se como principal semelhança com relação ao Brasil os textos das suas constituições federais, que garantem a obrigatoriedade da educação pública e de qualidade para todos.

No âmbito das diferenças evidencia-se uma divergência de interesses. Enquanto no Brasil eles vão ao encontro dos interesses do mercado, na Finlândia, como afirmam Cotrim-Guimarães e King (2017, p. 57), a reforma educacional vai: “[...] numa direção contrária, verifica-se que o país buscou uma outra via para implementar sua reforma educacional, diferente de uma reforma ideologicamente baseada no mercado”.

Além disso, observa-se que a Finlândia não sofre da chamada “dualidade educacional”, presente no Brasil e na Argentina. Isso se justifica pelo fato de seu Ensino Médio possuir um currículo de orientação geral, com a formação propedêutica integrada à Educação Profissional para todos, dando também a oportunidade aos alunos de continuar os estudos de formação superior após concluir o nível médio.

O sistema educacional finlandês aponta também para outra diferença. No Brasil, no campo da educação básica, a Emenda Constitucional nº 5 de 2009 amplia a obrigatoriedade escolar por faixa etária dos 4 aos 17 anos, o que induz a expansão de duas etapas da educação básica - a educação infantil e o ensino médio – e introduz logo depois, a partir do decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional técnica no ensino médio (MORAES, 2017).

Bastos (2017), em sua obra sobre o êxito do ensino finlandês, mostrou que o sistema de ensino do referido país é dividido em educação infantil e educação básica, sendo esta última dividida em três níveis: educação secundária, de frequência facultativa, e educação superior, que vai da graduação até o doutorado.

O ensino fundamental finlandês tem duração de nove anos, enquanto no sistema brasileiro são oito anos. Ao final desse período, o estudante finlandês tem três opções: cursar

um 10º ano opcional, a fim de reforçar alguns conteúdos; ter experiências de trabalho para testar suas habilidades vocacionais; ou optar pelo ensino médio regular ou o equivalente ao nosso ensino médio integrado à Educação Profissional. Já na realidade brasileira, os alunos possuem apenas duas opções: o ensino médio regular ou o integrado à Educação Profissional.

Desta forma, segundo Cotrim-Guimarães e King (2017, p. 61), “tanto o Ensino Médio regular quanto o Profissional possuem diretrizes pré-estabelecidas que garantem a todos estudantes o acesso ao conhecimento geral e profissional [...]”. O currículo dessas duas modalidades de ensino possuem uma configuração totalmente diferente da brasileira: no currículo finlandês, a organização é feita em módulos, com uma carga horária semanal concentrada, fazendo com que os estudantes tenham que gerenciar, a cada período do ano letivo, em torno de cinco a sete módulos, conferindo maior dedicação e qualidade nos estudos.

Na Finlândia, os estudantes devem cumprir os módulos referentes à formação propedêutica, outros relacionados à formação profissional e outros módulos complementares e eletivos. No Brasil, a organização do currículo é semelhante, mas distribuída em semestres, sendo que o aluno que não possui o ensino médio pode cursá-lo de forma integrada à formação propedêutica e profissional, ou de forma concomitante/subsequente à formação apenas profissional.

Outro ponto de similitude entre Brasil e Finlândia é justamente a articulação com o setor produtivo, já que os estudantes podem cumprir estágios para articular formação acadêmica, processo produtivo e mundo do trabalho (COTRIM-GUIMARÃES; KING, 2017). Mas a diferença entre os dois países se encontra na unidade curricular: enquanto os estudantes finlandeses possuem autonomia para decidirem o que vão cursar, o currículo brasileiro é mais rígido e engessado.

Os autores supracitados ainda apontam outro aspecto a ser analisado no modelo europeu se refere aos estudantes adultos que ingressaram no mercado de trabalho sem terem concluído o ensino médio. Neste caso, é possível ingressar na Educação Profissional e, ao longo desse processo, submeter-se à avaliação das competências desenvolvidas. Um programa semelhante a esse é desenvolvido no Brasil a partir dos decretos nº 5.478/05 e nº 5.840/06, destinado ao atendimento de trabalhadores que não concluíram a educação básica na idade adequada e denominado de Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Logo, pode-se concluir que o modelo finlandês apresenta um sistema de Educação Profissional no qual o aluno necessita de um maior tempo para conclusão. Apresenta, ainda,

um currículo flexível que permite ao aluno decidir o que deve cursar, tendo como base para o desenvolvimento da formação profissional a educação básica, gratuita e de qualidade para todos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos expostos, percebe-se que o modelo de Educação Profissional da Argentina apresenta grande semelhança com o modelo brasileiro no que se refere à dualidade educacional, à estruturação fora do sistema regular de ensino, ao currículo baseado em competências, à formação voltada para o mercado de trabalho e à inclusão social.

No que concerne às diferenças, verificam-se a questão do termo para referenciar a Educação Profissional, o órgão responsável por esta e os tipos de instituições que oferecem a Educação Profissional.

No caso da Finlândia, encontram-se divergências no que se referem a sua não estruturação em torno da dualidade educacional, ao currículo, que garante que todos os alunos tenham uma educação básica para só assim ser realizada a formação profissional, somado a um currículo flexível segundo o qual o aluno possui autonomia para decidir o que cursar.

As similitudes do Brasil com o país europeu foram observadas na relação da Educação Profissional com o setor produtivo, já que os estudantes cumprem estágios para articular a formação acadêmica ao processo produtivo e mundo do trabalho e no que concerne à certificação das competências desenvolvidas para os trabalhadores que não concluíram o ensino médio.

Observa-se que, na comparação entre os países latino-americanos e os países europeus, o que se destaca é que, nestes, a formação profissional e técnica é implementada tendo como base a educação regular, fundamental e média universalizada.

Além disto, nos países desenvolvidos, o dualismo social e educacional não existe, porém no Brasil e na Argentina, os preconceitos advindos da divisão trabalho manual/trabalho intelectual são ainda muito evidentes.

Diante do exposto, pode-se concluir que a construção de uma Educação Profissional de qualidade no Brasil exige sua fundamentação em uma formação voltada para os elementos científico-tecnológicos e histórico-sociais exigidos pela vida social, e não para o simples preparo para as atividades laborais.

Logo, reitera-se que, independentemente do contexto, os países devem garantir a todos uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadãos pertencentes a um país, integrados dignamente ao seu contexto social.

Sugerem-se estudos futuros dessa natureza na perspectiva comparativa com outras nações e seus respectivos modelos de oferta de Educação Profissional, inclusive com possibilidade de discutir outras características a serem analisadas.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Remo Moreira Brito. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 22, n. 70, p. 802-825, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n70/1809-449X-rbedu-22-70-00802.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de dezembro de 2004**. Presidência da República, 2004. Regulamenta o§ 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da outras providencias. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>. Acesso em: 07 jan. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Educação Profissional e Tecnológica: série histórica e avanços institucionais**. 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. **Portal do MEC**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. O que é que a Finlândia tem?': notas sobre um sistema educacional de alto desempenho. **Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado**, Brasília, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-129-2018o-que-e-que-a-finlandia-tem-2019-notas-sobre-um-sistema-educacional-de-alto-desempenho>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CARMO, Erinaldo Ferreira; FILHO, Michel Zaidan; MIYACHI, Clovis Tatsumi. Sistemas Educacionais sulamericanos: um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Chile. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 4, n. 10, p. 84-102, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3650>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2019.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires; KING, Janylle Rebouças Ouverney. Por dentro do sistema educacional finlandês: elementos para se repensar o ensino médio integrado no Brasil. **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**, Brasília, p. 54-70, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 111, p. 47-69, dez. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742000000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 jun. 2019.

CUNHA, Luís. Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2005.

DELUIZ, Neise. O Modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico Senac**, v. 27, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/modelocompetencias.html>. Acesso em: 29 jun. 2019.

FERREIRA, Antônio Gomes. O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2764/2111>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GALLART, María Antonia. **La escuela técnica industrial en Argentina: ¿un modelo para armar?** Montevideo: OIT/Cientefor, 2006.

GROUX, Dominique. L'éducation comparée: approches actuelles et perspectives de développement. **Revue Française de Pédagogie**, n. 121, oct./déc., 1997.

HALLS, W. D. (org.). **L'éducation comparée: questions et tendances contemporaines**. Paris: Unesco, 1990.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

MELO, Savana Diniz Gomes. Políticas para o ensino médio e a educação profissional no Brasil e na Argentina: convergências, diferenças e consequências sobre o trabalho docente. 2010. **VI Jornadas de Sociología de la UNLP**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, La Plata. Disponível em: <https://www.academica.org/000-027/555.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O ensino médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 38, n. 139, p. 405-429, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00405.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. **As estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: INEP/ MEC, 2019.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OLIVEIRA, Ramon. O Banco Mundial e a educação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 24-33, mai./ago. 2001. Disponível em: <https://www.oocities.org/spaprado/bancomundialeducacao.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SADLER, Michael Ernest. How far can we learn anything of practical value from the study of foreign systems of education. **Comparative Education Review**, n. 7, p. 307-314, 1964.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **A educação média e profissional no Brasil**: situação e caminhos. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SILVA, Denise Bianca Maduro. **Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina**. 346f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018.

VERHINE, Robert Evan. Educação superior sob uma ótica comparada. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 14, p. 1-5, 2017. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1467/pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

WEINBERG, Pedro Daniel. Educação Profissional na Argentina: rompimento, continuidade, inovação. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 8-31, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/391>. Acesso em: 22 jun. 2010.